

Impactos das violências raciais no desenvolvimento cognitivo: o epistemicídio e o racismo científico

Impacts of racial violence on cognitive development: epistemicide and scientific racism

Stéfani Martins Pereira¹, Marcelo Loureiro Ucelli¹, Mariana Rabello Laignier¹,
Luciana de Cassia Nunes Nascimento¹

RESUMO

Introdução: As relações raciais permeiam diversas dimensões da vida social e influenciam profundamente o desenvolvimento cognitivo. **Objetivo:** Analisar os impactos das violências raciais no desenvolvimento cognitivo, com base nos conceitos de epistemicídio e cognição inventiva, explorando como as dinâmicas de exclusão racial influenciam a memória, a inteligência e os processos de aprendizagem. **Métodos:** Reflexão crítica, ancorada na análise de obras teóricas e na revisão da literatura científica, que revelou uma omissão acadêmica sobre o tema. **Resultados:** O artigo identifica lacunas na literatura acadêmica brasileira quanto à relação entre racismo e desenvolvimento cognitivo, destacando a ausência de abordagens que conectem diretamente as dinâmicas raciais aos processos mentais. A pesquisa aponta que ambientes violentos e excludentes podem comprometer o desenvolvimento intelectual e emocional, limitando a construção de estratégias adaptativas e reforçando dinâmicas de exclusão social e acadêmica. Ao mesmo tempo, enfatiza o potencial de resistência cognitiva, no qual indivíduos e comunidades criam epistemologias e narrativas que desafiam as estruturas de poder hegemônicas. **Conclusão:** O epistemicídio e o racismo científico perpetuam a desvalorização das populações racializadas, reforçando hierarquias intelectuais e apagando saberes alternativos. Em contraponto, sugere-se a adoção de práticas educacionais e epistemológicas que reconheçam a pluralidade cultural e as formas inventivas de cognição como estratégias fundamentais para combater o racismo e promover uma ciência inclusiva.

Palavras-chave: Racismo. Desenvolvimento cognitivo. Inteligência. Memória. Psicologia.

ABSTRACT

Introduction: Racial relations permeate various dimensions of social life and profoundly influence cognitive development. **Objective:** To analyze the impacts of racial violence on cognitive development, based on the concepts of epistemicide and inventive cognition, exploring how dynamics of racial exclusion influence memory, intelligence, and learning processes. **Methods:** A critical reflection, grounded in the analysis of theoretical works and a review of scientific literature, which revealed an academic omission on the topic. **Results:** The article identifies gaps in the Brazilian academic literature regarding the relationship between racism and cognitive development, highlighting the lack of approaches that directly connect racial dynamics to mental processes. The research points out that violent and exclusionary environments can compromise intellectual and emotional development, limiting the construction of adaptive strategies and reinforcing dynamics of social and academic exclusion. At the same time, it emphasizes the potential for cognitive resistance, where individuals and communities create new epistemologies and narratives that challenge hegemonic power structures. **Conclusion:** Epistemicide and scientific racism perpetuate the devaluation of racialized populations, reinforcing intellectual hierarchies and erasing alternative knowledge. In contrast, it suggests adopting educational and epistemological practices that recognize cultural plurality and inventive forms of cognition as fundamental strategies to combat racism and promote inclusive science.

Keywords: Racism. Cognitive development. Intelligence. Memory. Psychology.

¹ Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES. Brasil.

Correspondência

lcnnascimento@yahoo.com.br

Direitos autorais:

Copyright © 2025 Stéfani Martins Pereira, Marcelo Loureiro Ucelli, Mariana Rabello Laignier, Luciana de Cassia Nunes Nascimento.

Licença:

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Submetido:

22/2/2025

Aprovado:

24/3/2025

ISSN:

2446-5410

INTRODUÇÃO

As relações raciais permeiam diversas dimensões da vida social e influenciam profundamente o desenvolvimento cognitivo. Este estudo insere-se em um campo teórico que questiona a produção e a distribuição do conhecimento, fundamentando-se no conceito de epistemicídio desenvolvido por Sueli Carneiro¹. Segundo a autora, o epistemicídio refere-se ao processo de aniquilação dos saberes de grupos subjugados, resultando na deslegitimação das formas de conhecimento de povos não ocidentais, como as tradições indígenas e africanas. Esse processo não apenas marginaliza os saberes desses povos, mas também impacta suas formas de subjetivação e compreensão do mundo.

Carneiro¹ argumenta que o epistemicídio opera por meio da imposição de uma epistemologia hegemônica, eurocentrada, que define os padrões legítimos de conhecimento. Essa lógica cria barreiras para a produção e a validação de saberes alternativos, contribuindo para a inferiorização intelectual de grupos racializados. Esse processo se manifesta, por exemplo, na ausência de conteúdos escolares que valorizem a história e as contribuições culturais de povos afrodescendentes e indígenas, reforçando dinâmicas de exclusão e subordinação intelectual.

Dessa perspectiva, esta pesquisa problematiza como as experiências de violência racial afetam o desenvolvimento cognitivo e emocional de pessoas negras. A investigação considera, de um lado, a abordagem de Jean Piaget², que destaca a importância das interações sociais no desenvolvimento cognitivo, e, de outro, as contribuições de Virgínia Kastrup³, que apresenta a cognição como um processo inventivo e dinâmico, capaz de promover resistência e transformação.

Piaget² afirma que o desenvolvimento cognitivo é moldado pela interação com o ambiente social e cultural. Ambientes violentos e excludentes podem comprometer esse processo, levando à internalização de normas de opressão e limitando o pensamento crítico. No contexto educacional, por exemplo, experiências de discriminação racial podem prejudicar o desempenho acadêmico, afetar a autoestima e criar barreiras para a aprendizagem.

Além disso, o autor observa que as respostas emocionais geradas por ambientes hostis, como a frustração e a agressividade, podem impactar o comportamento e as habilidades cognitivas. Crianças expostas a ambientes violentos tendem a desenvolver dificuldades na resolução de problemas e na construção de estratégias adaptativas, o que compromete seu desenvolvimento intelectual e emocional².

Entretanto, o pensamento de Virgínia Kastrup³ amplia essa discussão ao apresentar a cognição como um espaço de invenção e resistência. A cognição não se limita à recepção passiva de informações; ao contrário, trata-se de um processo ativo, no qual os indivíduos constroem significados a partir das suas interações com o mundo. Nesse sentido, mesmo em contextos de violência racial e epistemicídio, é possível desenvolver estratégias de resistência que reconfiguram os padrões impostos e promovem novas formas de produção de saber.

A perspectiva de Kastrup³ é especialmente relevante para este estudo, pois reconhece a capacidade das populações marginalizadas de subverterem as estruturas de poder por meio da criação de novas epistemologias. Esse meio de inventivo permite não apenas a crítica ao conhecimento dominante, mas também a construção de identidades e saberes alternativos que refletem as experiências e perspectivas dos grupos racializados.

A interseção entre os conceitos de Carneiro¹, Piaget^{2,4} e Kastrup³ oferecem, portanto, um campo teórico robusto para investigar os efeitos das violências raciais no desenvolvimento cognitivo. Por um lado, Carneiro¹ denuncia as dinâmicas de exclusão e inferiorização que moldam a produção do conhecimento. Por outro, Piaget^{2,4} e Kastrup³ fornecem ferramentas analíticas para compreender como esses processos afetam o desenvolvimento cognitivo e emocional, bem como as possibilidades de resistência e transformação.

Com base nesse referencial teórico, este estudo propõe uma revisão crítica da literatura sobre as interseções entre cognição e relações raciais, mapeando os impactos das violências raciais e analisando como esses temas têm sido abordados na pesquisa acadêmica. Busca-se, assim, compreender

os efeitos do racismo e da discriminação na formação intelectual e emocional dos indivíduos, identificando também as estratégias utilizadas para resistir e transformar essas dinâmicas opressivas.

Os objetivos desta pesquisa consistem em analisar os impactos das violências raciais no desenvolvimento cognitivo, por meio de uma análise crítica das lacunas nos estudos na área e com base nos conceitos de epistemicídio e cognição inventiva, explorando como as dinâmicas de exclusão racial influenciam a memória, a inteligência e os processos de aprendizagem.

MÉTODOS

O presente estudo adota a análise reflexiva crítica como metodologia central, conforme proposta por Reynolds⁵, devido à necessidade de problematizar os discursos hegemônicos na produção do conhecimento. Esse método não apenas permite descrever os fenômenos investigados, mas também interroga os processos que sustentam ausências e invisibilizações no campo científico. No que se refere à relação entre racismo e desenvolvimento cognitivo, há uma escassez significativa de pesquisas que abordem diretamente essa intersecção. Essa lacuna não é aleatória, mas sim produto de um processo histórico de exclusão epistemológica, que regula o que pode ou não ser reconhecido como conhecimento legítimo¹.

Diante dessa realidade, a metodologia deste estudo ancora-se em uma análise reflexiva e crítica, fundamentada em referenciais teóricos que dialogam com a intersecção entre cognição, racismo e epistemicídio. Para tanto, recorre-se a autores como Sueli Carneiro¹, que investiga o dispositivo de racialidade e o epistemicídio como mecanismos estruturantes da exclusão do saber negro; Virgínia Kastrup³, que discute a cognição como um processo distribuído e coletivo; e Jean Piaget^{2,4}, cujas contribuições teóricas sobre o desenvolvimento cognitivo permitem analisar como os contextos sociais e históricos influenciam o aprendizado e a inteligência. Essa fundamentação teórica possibilita não apenas evidenciar lacunas acadêmicas, mas também pro-

por alternativas teóricas e metodológicas para a superação dessas ausências.

A escolha dessa abordagem metodológica decorreu de um deslocamento da proposta inicial da pesquisa, que visava realizar um estudo de revisão bibliográfica sobre as relações entre racismo e desenvolvimento cognitivo, com foco no constructo de inteligência. No entanto, ao realizar buscas em bases de dados como SciELO e PePSIC, principais repositórios de publicações científicas no Brasil, constatou-se a inexistência de trabalhos que abordassem essa temática de forma direta. Ainda que alguns artigos mencionassem conceitos como “fracasso escolar” e desigualdade educacional, nenhum discutia explicitamente o impacto do racismo no desenvolvimento cognitivo. Essa ausência evidencia o funcionamento do epistemicídio, que silencia produções acadêmicas que desafiam paradigmas eurocêntricos¹.

Diante desse cenário, optou-se por uma abordagem reflexiva e crítica, que permite não apenas examinar as implicações do racismo na cognição, mas também problematizar as próprias condições de produção do conhecimento. Assim, este ensaio busca discutir como as violências raciais afetam o desenvolvimento cognitivo, articulando reflexões teóricas e experiências concretas. Além disso, essa abordagem metodológica possibilita uma análise mais ampla das dinâmicas sociais que influenciam a cognição e a subjetividade das populações racializadas, contribuindo para a construção de um referencial contra-hegemônico na psicologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A conceituação de cognição e o constructo inteligência

A cognição refere-se a um conjunto de processos mentais que permitem ao indivíduo adquirir, processar e utilizar informações, possibilitando a interpretação e interação com o ambiente. Funções como percepção, atenção, memória, linguagem e resolução de problemas compõem esse sistema di-

nâmico e adaptativo. O desenvolvimento cognitivo resulta de transformações progressivas nas capacidades mentais, influenciadas por fatores biológicos, sociais e culturais, permitindo respostas cada vez mais complexas às demandas do meio. segundo Piaget⁴ e Vygotski⁶, resulta de transformações progressivas nas capacidades mentais, influenciadas por fatores biológicos, sociais e culturais, permitindo respostas cada vez mais complexas às demandas do meio.

As perspectivas teóricas sobre o desenvolvimento cognitivo oferecem explicações complementares. Piaget² destaca os estágios hierárquicos de crescimento, nos quais o equilíbrio entre assimilação e acomodação reorganiza os esquemas mentais. Por outro lado, Vygotski⁶ enfatiza o papel das interações sociais e culturais, apontando a linguagem como mediadora central. Nesse contexto, a zona de desenvolvimento proximal (ZDP) é fundamental para compreender o papel do aprendizado guiado na potencialização das funções cognitivas superiores.

Fatores biológicos e ambientais interagem continuamente para moldar a cognição. Enquanto a maturação do sistema nervoso cria a base estrutural para o funcionamento cognitivo, o contexto socio-cultural promove a internalização de ferramentas simbólicas, reorganizando e ampliando as capacidades mentais^{6,7}. Essa interação destaca a plasticidade neural e a adaptabilidade humana diante de estímulos diversos, configurando um campo de estudo dinâmico e interdisciplinar.

A inteligência, por sua vez, é um constructo psicológico multidimensional que engloba a capacidade de aprender, resolver problemas e adaptar-se ao meio. Tradicionalmente, foi avaliada por meio de testes de Quociente de Inteligência (QI). No entanto, abordagens contemporâneas, como a teoria das inteligências múltiplas (Gardner, 1983 apud)⁷ e da inteligência emocional (Goleman, 1995 apud)⁷, expandiram essa concepção para incluir competências interpessoais e criativas, reconhecendo a diversidade das habilidades cognitivas e sociais⁷.

Assim, na perspectiva sociocultural de Vygotski⁶, a inteligência é construída na interação com o meio, sendo moldada pela internalização de ferramentas culturais e pela mediação simbólica. Mais

do que uma característica inata, ela se desenvolve como um sistema adaptativo e dinâmico, dependente das experiências e oportunidades oferecidas pelo contexto social. Nesse sentido, cognição e inteligência são processos interdependentes, mediados por influências biológicas e culturais, reforçando a relevância das interações sociais na formação das capacidades humanas.

O modelo tradicional de cognição, fundamentado em concepções mecanicistas e representacionais, tem sido amplamente questionado por sua rigidez e reducionismo. Virgínia Kastrup³ propõe uma abordagem crítica ao destacar a necessidade de compreender a cognição como um processo dinâmico e inventivo, capaz de criar sentidos e reorganizar experiências. A autora argumenta que, ao privilegiar explicações universais e invariantes, o modelo tradicional negligencia a complexidade das interações humanas com o contexto social e cultural.

Na perspectiva apresentada por Kastrup³, a cognição não deve ser entendida apenas como um mecanismo de processamento de informações, mas como um sistema aberto, marcado pela plasticidade e pela capacidade de transformação. Esse conceito rompe com a ideia de cognição como adaptação passiva ao meio, sugerindo que o ato de conhecer envolve invenção e criatividade. Nesse sentido, a cognição é vista como um processo de constante reinvenção de si e do mundo, em que o sujeito constrói e modifica sua relação com a realidade.

Kastrup³ também critica a concepção de inteligência como um atributo fixo e mensurável, destacando que essa visão desconsidera as influências sociais e culturais na formação das capacidades cognitivas. A autora enfatiza que a inteligência deve ser analisada em sua dimensão relacional, mediada por práticas sociais e simbólicas, que possibilitam a emergência de novos modos de pensar e agir. A invenção, nesse contexto, é entendida como um ato criador que transcende a mera solução de problemas, promovendo a criação de novos significados e estratégias cognitivas.

O contexto social, para Kastrup³, é central no desenvolvimento da inteligência, uma vez que proporciona os estímulos e as condições necessárias para a ampliação das capacidades cognitivas. Fer-

ramentas culturais, como a linguagem e os sistemas simbólicos, operam como mediadores desse processo, permitindo ao sujeito articular e reorganizar suas experiências. Assim, a inteligência é menos um atributo fixo e mais um fenômeno dinâmico, moldado por práticas sociais e históricas.

Ao propor essa abordagem, Kastrup³ desafia a psicologia tradicional a repensar seus pressupostos, substituindo modelos estáticos por concepções que considerem o tempo, a história e a cultura como elementos fundamentais no estudo da cognição e da inteligência. Essa mudança de perspectiva amplia a compreensão dos processos mentais e destaca o papel das experiências sociais na formação das capacidades humanas, abrindo novas possibilidades para a investigação psicológica e educacional.

Lacunas acadêmicas nos estudos que relacionem racismo e desenvolvimento cognitivo

Os resultados obtidos na pesquisa revelaram um panorama desafiador em relação à interseção entre racismo e desenvolvimento cognitivo, especialmente no que tange ao conceito de inteligência. Apesar de uma busca metódica nas bases de dados acima citadas, não foram encontrados artigos que abordassem diretamente a relação entre racismo, cognição e inteligência, nem que estabelecessem uma conexão clara entre esses conceitos de interesse. Essa lacuna evidencia a necessidade de mais investigações que explorem como o racismo pode impactar o desenvolvimento cognitivo, particularmente em um país como o Brasil, onde violências étnico-raciais são profundamente enraizadas na sociedade.

Há pesquisas que tratam da ideia da construção do conceito de fracasso escolar associado ao racismo, mas nenhum deles irá aprofundar no impacto cognitivo para o sujeito negro em termos de inteligência e memória, por exemplo. Além disso, nenhum artigo encontrado trata de uma cognição inventiva, conforme conceito de Kastrup³, apontando se as experiências de negritude promovem cognições outras, alternas.

A ausência de estudos específicos sobre a relação entre racismo e cognição sugere uma omissão acadêmica significativa, que pode ser interpretada como uma continuidade do racismo científico. Conforme apontado por Carneiro¹, o dispositivo de racialidade opera como uma estrutura de poder que silencia epistemologias não hegemônicas e sustenta a marginalização de populações racializadas. Esse dispositivo reforça hierarquias sociais e intelectuais, mascarando desigualdades sob o véu da neutralidade científica.

Essa crítica é reforçada por Garay⁸, que analisa como o racismo científico influenciou a formulação do conceito de inteligência, destacando a utilização de testes e teorias para justificar desigualdades raciais e socioeconômicas. Esses instrumentos, desenvolvidos em contextos eurocêtricos, não apenas desconsideram as especificidades culturais e históricas das populações racializadas, mas também limitam a compreensão de inteligência a perspectivas reducionistas e mecanicistas. Essa abordagem perpetua desigualdades ao ignorar formas alternativas de conhecimento e aprendizado, desqualificando experiências situadas em outros contextos.

No mesmo sentido, Klineberg⁹ critica a utilização de testes de QI como ferramentas que consolidaram hierarquias raciais ao naturalizar desigualdades. Suas pesquisas evidenciam que o desempenho cognitivo é fortemente influenciado por fatores socioeconômicos e culturais, desmontando a ideia de que diferenças raciais explicam déficits intelectuais. Ainda assim, tais instrumentos foram amplamente utilizados para justificar exclusões educacionais e sociais, funcionando como uma extensão do racismo científico.

A análise de Garay⁸ complementa essa crítica ao discutir como o racismo científico contribuiu para excluir populações negras do debate acadêmico sobre inteligência e cognição. Os autores apontam que, ao focar na patologização do “fracasso escolar”, as pesquisas negligenciam os impactos cognitivos mais amplos do racismo estrutural. Em vez de investigarem as consequências psicológicas e cognitivas da violência racial, os estudos tendem a individualizar os problemas, reforçando estereótipos raciais e perpetuando a desvalorização cultural.

Dessa forma, a carência de estudos que analisem as consequências do racismo na cognição não apenas reforça a exclusão epistêmica dessas populações, como também contribui para o apagamento de saberes desenvolvidos em contextos de resistência. Carneiro¹ descreve esse processo como epistemicídio, no qual os saberes de populações negras e indígenas são sistematicamente desqualificados e excluídos dos espaços de validação científica. Essa exclusão mantém as hierarquias raciais e dificulta a construção de uma ciência plural e inclusiva.

A crítica de Kastrup³ ao modelo tradicional de cognição oferece uma alternativa teórica para superar essas limitações. Para a autora, a cognição deve ser compreendida como um processo dinâmico e inventivo, que reconhece a influência dos contextos sociais e culturais na formação das capacidades cognitivas. Essa abordagem rompe com a lógica mecanicista e destaca a plasticidade e a criatividade como características essenciais do pensamento humano.

Além disso, Garay⁸ demonstra como o racismo estrutural afeta o desenvolvimento cognitivo ao limitar o acesso a recursos e oportunidades, reforçando desigualdades intergeracionais. Essas restrições geram efeitos psicológicos e emocionais que impactam a autoestima e a motivação, influenciando diretamente o desempenho acadêmico e social. Esse ciclo perpetua a marginalização e impede o pleno desenvolvimento das potencialidades intelectuais de grupos racializados.

Portanto, é imprescindível ampliar os horizontes da pesquisa acadêmica para incluir investigações que analisem as múltiplas formas de inteligência desenvolvidas por populações negras em contextos culturais específicos. Carneiro¹ argumenta que esse processo envolve não apenas o reconhecimento das epistemologias marginalizadas, mas também o fortalecimento de narrativas insurgentes como estratégias de resistência ao epistemicídio.

Expansão crítica sobre o racismo científico e o dispositivo da racialidade

A articulação entre ciência e racismo consolidou um modelo de cognição que privilegia determi-

nados grupos raciais, desqualificando outros com base em concepções pseudocientíficas. Conforme apontado por Garay⁸, o racismo científico foi amplamente utilizado para justificar desigualdades sociais e intelectuais, validando a superioridade de determinados grupos raciais por meio de instrumentos como testes de inteligência. Esses métodos, desenvolvidos em contextos eurocêtricos, desconhecem as diferenças culturais e históricas, perpetuando estereótipos e desigualdades estruturais. Essa abordagem simplificadora e determinista falha ao ignorar a influência das condições sociais e econômicas na formação das capacidades cognitivas.

Carneiro¹ aplica os conceitos de dispositivo e biopoder de Michel Foucault para analisar as relações raciais. Ela introduz o conceito de “dispositivo de racialidade”, que se refere às práticas e mecanismos pelos quais o racismo estrutura e se manifesta na sociedade, criando uma dualidade entre o “ser” (associado à branquitude) e o “não-ser” (associado às pessoas negras). Nesse contexto, as violências raciais são entendidas como práticas sistemáticas que desumanizam e subalternizam indivíduos negros, sustentando a hegemonia branca.

Carneiro¹ apresenta, ainda, o conceito de dispositivo de racialidade como um sistema de poder que organiza as relações sociais por meio de hierarquias raciais. Inspirada na teoria foucaultiana, Carneiro analisa como discursos científicos, políticas públicas e práticas institucionais reforçam a dominação racial. Esse dispositivo não apenas classifica e hierarquiza corpos racializados, mas também estrutura o conhecimento de modo a legitimar desigualdades. Ao atribuir inferioridade inata a determinados grupos, essa lógica perpetua a subordinação por meio da desqualificação simbólica e material.

O dispositivo da racialidade também atua na produção de subjetividades, consolidando estigmas e invisibilizando saberes. Para Carneiro¹, essa construção mantém o controle sobre grupos racializados, operando por meio de exclusões educacionais, econômicas e culturais. A ausência de representatividade em espaços de poder e a marginalização de epistemologias afrodescendentes reforçam a desumanização. Carneiro denuncia que, ao negar o

valor cultural e intelectual das populações negras, esse dispositivo naturaliza desigualdades e sustenta um sistema epistemológico excludente.

A crítica ao racismo científico se aprofunda na análise de experimentos e práticas médicas que utilizaram corpos negros como objetos de estudo. Carneiro¹ destaca o uso de mulheres negras em testes invasivos e desumanizados durante a escravidão e no período pós-abolição, especialmente em procedimentos ginecológicos e obstétricos. Esses experimentos, conduzidos sem consentimento, demonstram como o racismo científico fundamentou práticas de exploração e controle. Além disso, ao longo do século XX, políticas de esterilização e testes anticoncepcionais em mulheres negras foram utilizados como ferramentas de regulação populacional, evidenciando o caráter estrutural dessas violências.

O conceito de Epistemicídio, inicialmente formulado por Boaventura Sousa Santos, é reformulado por Carneiro¹ partindo desta referência, mas ganha robustez ao tratar deste como efeito do dispositivo da racialidade no contexto brasileiro, e, ainda, como parte do estatuto do Outro e do modelo de sociedade marcado pelo Contrato Racial de Charles Mills:

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento considerado legítimo ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado, sequestrando a própria capacidade de aprender. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que, em outros casos, lhe é imposta¹.

Esses exemplos ilustram como o racismo científico não apenas sustentou desigualdades biológicas imaginárias, mas também reforçou narrativas de incompetência intelectual e inferioridade moral. Carneiro¹ afirma que essas práticas consolidaram a lógica do epistemicídio, apagando conhecimentos ancestrais e deslegitimando as contribuições culturais de populações racializadas. Esse processo não se restringe ao passado, mas permanece presente nas lacunas acadêmicas e na ausência de estudos sobre os impactos do racismo no desenvolvimento cognitivo.

A análise de Garay⁸ reforça essa crítica ao destacar como os testes de inteligência, ao ignorarem as diferenças culturais e históricas, serviram para naturalizar desigualdades. Esses instrumentos bloquearam a compreensão de formas alternativas de cognição, restringindo oportunidades educacionais e desqualificando saberes oriundos de outros contextos. Carneiro¹ argumenta que essa exclusão opera como um controle epistemológico, reafirmando as hierarquias raciais e limitando a produção de conhecimento inclusivo.

Quando se trata dos estudos da cognição, o que se observa não é o uso violento da ciência para sustentar uma lógica racista, mas a omissão que cria um abismo de informações que poderiam ser utilizadas para cuidado, desenvolvimento e escolarização das pessoas negras.

O epistemicídio, conforme definido por Carneiro¹, é a destruição sistemática dos saberes e práticas culturais de grupos racializados. Esse conceito vai além da exclusão material, abrangendo a invalidação simbólica e intelectual de epistemologias não hegemônicas. Carneiro denuncia que o epistemicídio compromete a continuidade histórica dos saberes afrodescendentes, reforçando a dominação cultural e epistemológica. O autor também sublinha que o epistemicídio está presente na marginalização das tradições orais e espirituais africanas, frequentemente classificadas como supersticiosas. Essa desqualificação dificulta a valorização de epistemologias alternativas, reforçando o monopólio dos modelos eurocêntricos de produção do conhecimento. Ao silenciar essas narrativas, o racismo científico perpetua a invis-

bilização de modos de pensar e de viver enraizados em contextos culturais específicos¹.

Diante dessas críticas, autores como Kastrup³, ainda que não tenham analisado as particularidades da racialização no Brasil, podem facilitar na análise da necessidade de uma abordagem mais dinâmica e inventiva da cognição, que reconheça a influência dos contextos sociais e culturais no desenvolvimento intelectual. Essa perspectiva rompe com os modelos mecanicistas tradicionais, permitindo a valorização de formas de conhecimento historicamente marginalizadas. Para Carneiro¹, o enfrentamento do epistemicídio exige a recuperação e a afirmação dessas epistemologias como estratégias de resistência e reconstrução identitária.

Portanto, repensar a cognição a partir dessas perspectivas críticas requer a desconstrução das bases racistas e coloniais que sustentaram os paradigmas científicos tradicionais. Carneiro¹ defende um modelo epistemológico plural e inclusivo, capaz de reconhecer a diversidade cultural como elemento constitutivo da inteligência. Esse processo não apenas combate o racismo científico, mas também contribui para a reparação histórica e o fortalecimento de práticas educacionais antirracistas no meio acadêmico e na sociedade.

CONCLUSÃO

As reflexões desenvolvidas ao longo deste artigo mostram o quanto é urgente discutir os impactos das violências raciais no desenvolvimento cognitivo, indo além das explicações tradicionais da psicologia. Ao abordar conceitos como epistemicídio e racismo científico, é possível analisar como essas dinâmicas afetam não apenas o acesso ao conhecimento, mas também as formas como ele são produzidas, validado e transmitido. Essa análise reforça a necessidade de confrontar a exclusão epistêmica que marca as experiências de populações racializadas.

Os aportes teóricos de Sueli Carneiro, Virgínia Kastrup, Jean Piaget e Lev Vygotsky oferecem ferramentas importantes para refletir sobre como o racismo molda os processos de aprendizagem e

desenvolvimento cognitivo. Enquanto Piaget e Vygotsky enfatizam as interações sociais e culturais como fundamentais para o desenvolvimento, Kastrup amplia essa visão ao destacar a cognição como espaço de reinvenção e resistência. Essa perspectiva nos permite pensar não apenas nas limitações impostas pelo racismo, mas também nas possibilidades de subversão e criação de novos saberes a partir das vivências negras e indígenas.

Ao longo da pesquisa, ficou evidente a carência de estudos que articulem diretamente os conceitos de racismo e cognição. Essa ausência reflete uma negligência acadêmica que precisa ser enfrentada, pois ignorar essa interseção reforça as desigualdades e contribui para a invisibilização das experiências de populações racializadas. É necessário, portanto, investir em pesquisas que explorem como o racismo impacta a memória, a inteligência e os processos de aprendizagem, ao mesmo tempo em que valorize as estratégias de resistência que emergem nesses contextos.

No campo da educação e da psicologia, o desafio é ainda maior. Precisamos repensar as práticas pedagógicas e os conteúdos que oferecemos aos nossos estudantes, garantindo que eles sejam capazes de enxergar a diversidade epistêmica e cultural como elementos centrais no processo de formação. Isso inclui valorizar os saberes locais, as histórias silenciadas e as contribuições intelectuais de populações marginalizadas, que muitas vezes ficam de fora das discussões acadêmicas.

A resistência ao epistemicídio também deve ser compreendida como um movimento coletivo e contínuo. Ela não acontece apenas nos grandes debates acadêmicos, mas também em práticas cotidianas, como a inclusão de referências de autoras e autores negros nos currículos ou o incentivo à produção de conhecimento que desafie os paradigmas tradicionais. Essas pequenas ações, somadas, podem abrir caminhos para uma ciência mais plural e inclusiva.

Por fim, este trabalho reflete uma preocupação que vai além do campo acadêmico. Ele é um convite à reflexão sobre como podemos usar o conhecimento para transformar as desigualdades que ainda persistem em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

1. Carneiro S. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar; 2023.
2. Piaget J. A psicologia da inteligência. São Paulo: Martins Fontes; 1998.
3. Kastrup V. A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Belo Horizonte: Autêntica; 2007.
4. Piaget J. O nascimento da inteligência na criança. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC; 2024. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521638940/>.
5. Reynolds M. Reflection and critical reflection in management learning. *Manag Learn*. 1998;29(2):183–200. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1350507698292004>.
6. Vigotski LS. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: Vigotski LS, Luria AR, Leontiev NA. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 11ª ed. São Paulo: Ícone; 2010. p. 102–17.
7. Raozzi A, Souza EP. Repensando a inteligência. *Paideia* (Ribeirão Preto). 2013;23(55):59–68. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/BpmxTfgcLhgc8zRrbZ3CkDk/>.
8. Garay DL. Aportaciones del racismo científico al concepto de “inteligencia”: implicaciones para la investigación educativa en Puerto Rico. *REDUCA*. 2010;25:115–35. Disponível em: <https://revistas.upr.edu/index.php/educacion/article/view/13538>.
9. Maio MC. Dimensões das violências: desafios teóricos e políticos. *Varia Hist*. 2022;38(77):21–44. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/X5CvGxCDL6cwG3cXmYHpbGj/>.

DECLARAÇÕES

Contribuição dos autores

Concepção: SMP, LCNN. Investigação: SMP, LCNN. Metodologia: SMP, LCNN. Coleta de dados: SMP. Tratamento e análise de dados: SMP, LCNN. Redação: SMP, LCNN. Revisão: LCNN, MLU, MRL. Aprovação da versão final: LCNN, MLU, MRL. Supervisão: LCNN.

Agradecimentos

Ao curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Prevenção às Violências, Promoção da Saúde e Cuidado Integral, uma Parceria UFES/SEAD.

Financiamento

UNAC – 2023. Edital FAPES nº 1223/2022 P 2022-40x90.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos por meio de contato com os autores.

Editores responsáveis

Carolina Fiorin Anhoque, Blima Fux, Franciéle Marabotti Costa Leite.

Endereço para correspondência

Universidade Federal do Espírito Santo, Av. Mal. Campos, 1468, Maruípe, Vitória/ES, Brasil, CEP: 29047-105.